

GT 2 - Organização e Representação do Conhecimento

**O CONCEITO DE DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
ARQUIVOLOGIA**

Modalidade de apresentação: Pôster

Simone Torres - Universidade Federal de Minas Gerais

Mauricio Barcellos Almeida - Universidade Federal de Minas Gerais

simone.torres@almg.gov.br

RESUMO

Desde que as sociedades se tornaram complexas o suficiente para se valer apenas da comunicação oral, documentos tem desempenhado um importante papel no contexto das atividades humanas. O uso ordinário do termo “documento” no dia a dia mascara a complexidade em definir o que é documento e em entender suas funções. Neste artigo, descrevem-se características dos documentos sob a perspectiva da Ciência da Informação e da Arquivologia, buscando alcançar uma perspectiva mais ampla. Pretende-se verificar possíveis convergências entre a noção de documento nos dois campos do conhecimento considerando que, além de sua função básica de registrar informações, documentos são também entidades geradoras efeitos sociais e legais.

Palavras-chave: Documentos legais. Arquivística. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Ever since societies became too complex to rely on oral communication, documents have performed an important role in the context of human activities. The ordinariness of the term “document” masks the complexity involved in defining what a document is and in understanding its functions. In this paper, we describe some characteristics of documents from the perspective of both Information Science and Archival Studies with the aim of achieving a broader perspective. We intend to check possible convergences between the notion of document within these two fields of knowledge considering that, in addition to its basic function of recording information, documents are also entities able to generate social and legal effects.

Keywords: Legal documents. Archival Studies. Information Science.

O CONCEITO DE DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresenta-se a noção de documento sob a perspectiva da Ciência da Informação e da Arquivologia, buscando encontrar possibilidades de articulação entre as duas áreas do conhecimento e alcançar uma compreensão do documento sob uma perspectiva mais ampla. Como problema de pesquisa, pretende-se verificar possíveis convergências entre a noção de documento na Ciência da Informação e na Arquivologia. Salienta-se que considerando as relações históricas entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, neste trabalho as referências à “Ciência da Informação” englobam as três áreas. Na seção 2 e 3 apresenta-se subsídios teóricos sobre a noção de documento na Ciência da Informação e Arquivologia e na seção 4 são formuladas reflexões a partir do referencial apresentado.

2 O DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os esforços para conceituação do documento encontraram Paul Otlet, em 1934, como precursor, ao definir documento como “o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material (...) um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais”. O autor propõe que “documento” seria um termo genérico que cobriria não apenas documentos textuais, mas, também, objetos iconográficos e audiovisuais (OTLET, 1934, p.10, 43 citado por ORTEGA; LARA, 2010a).

Em 1951, Suzanne Briet amplia o conceito de documento, ao incluir objetos colecionados em museus e animais vivos catalogados e expostos em zoológicos, afirmando que documento é “qualquer elemento concreto ou simbólico, conservado, ou registrado para fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p.10, tradução nossa). Meyriat, em 1981, apoia a proposta de Briet, afirmando que a noção de documento não se restringe a documentos textuais, pois estes não seriam os únicos objetos capazes de comunicar uma mensagem. O autor entende que objetos podem se tornar documentos por atribuição de uma significação por parte do usuário. Com o que Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p.265) concordam, ao afirmarem que “um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental”.

Em 1997, Buckland ratifica a inclusão de objetos naturais e animais vivos no conceito de documento. Após ver aves mortas armazenadas em um armário do Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley, comparou-as aos livros nas prateleiras de bibliotecas, em virtude de servirem para apoiar a aprendizagem (LUND; BUCKLAND, 2008). Buckland acrescenta que a condição para um objeto ser informativo é circunstancial e ressalta que, em muitos casos, como fósseis e peças de museus, os objetos são inicialmente os únicos repositórios de informação. Rendón Rojas (2005) propõe que, embora todo objeto contenha informação, nem todo objeto é um documento para a Ciência da Informação, sendo necessário que seja criado intencionalmente para isso ou que um profissional da informação o tenha incluído no sistema de informação documental. Frohmann, em 2004, afirma que o documento é a “materialidade da informação” e que os objetos constituem-se documentos, desde que sejam informativos. Afirma que a noção de informatividade se refere aos fatores que devem ser considerados para compreender como os documentos se tornam informativos. Ortega e Lara (2010a), ressaltam que o caráter pragmático da noção de documento decorre de sua condição de informatividade e que isso é evidenciado pelas reiteradas afirmações de teóricos que se debruçaram sobre o tema. Segundo as autoras, a capacidade de um documento ser informativo está relacionada ao “aspecto pragmático do objeto informacional, à medida que revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso” (ORTEGA; LARA, 2010a).

Para García Gutiérrez (1984, citado por ORTEGA; LARA, 2010b), o documento é composto por um continente e por um conteúdo. Um não existe sem o outro, pois a escrita necessita de um veículo sustentador que permita transmitir seu conteúdo. Já para Nascimento e Guimarães (2004, p.36), os documentos textuais são compostos por suporte, meio e conteúdo. O termo “suporte” refere-se a um “objeto material, flexível ou não, móvel ou imóvel, capaz de registrar os meios ou formas de expressão do homem”, estando aí incluídos paredes de uma caverna, pergaminho, papel, disquete, computador, fita cassete, disco de vinil, fita de vídeo, CD-ROM e outros. O termo “meio” diz respeito à linguagem (escrita alfabética, numérica, gráfica) utilizada para “fixar o pensamento ou a mensagem ao suporte”. O “conteúdo” consiste na expressão das ideias exteriorizadas pelo homem, compreendendo mensagem, notícia ou informação. E, finalmente, o componente “forma”, que se refere às “características do documento determinadas pelas regras de representação do conteúdo”.

Lopes Yepes (1997, p. 13, tradução nossa) afirma que o documento pode ser entendido como “instrumento de cultura, instrumento de conhecimento e fixação da realidade, mensagem no processo de informação documental e fonte de conhecimento científico”. Pinto Molina, García Marco e Agustín Lacruz, em 2002, advogam que o documento cumpre muitas funções diferentes, atuando como ferramenta de comunicação e meio de expressão, proporciona informação sobre a realidade, é um instrumento de controle, uma ferramenta cognitiva que ajuda a pensar de forma mais eficaz. Serve ainda, como memória externa, permitindo a construção de uma memória socialmente compartilhada, que constitui um instrumento para a construção da cultura.

Desta forma, o conceito de documento, construído no âmbito da Ciência da Informação, não se restringe apenas a documentos textuais. Parte de uma abordagem pragmática, estabelecida através de uma ação de significação por parte do sujeito, em que a caracterização do documento se dá em função de seu potencial informativo. O conceito de documento, então, é ampliado para uma visão que inclui objetos, abrangendo documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

3 O DOCUMENTO NA ARQUIVOLOGIA

As instituições arquivísticas tradicionalmente foram fundadas pelo Estado, com o objetivo de preservar documentos para garantir a prestação de contas, a continuidade administrativa governamental e a proteção dos direitos individuais. Os arquivos oferecem ainda, a maior parte dos usuários um senso de identidade, histórico e cultural e de memória pessoal e coletiva (FONSECA, 2005).

Schellenberg (2006, p. 41) define documento como “todos os livros, papéis, mapas, fotografias e outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada”, que tenham sido preservados em função de atuarem como prova de ações ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Para Castro, Castro e Gasparian (1988, p. 19), o documento pode ser definido como “algo corpóreo, em que já foi fixada ou gravada uma noção, ideia ou mensagem”, e acrescentam que “é todo e qualquer suporte da informação”. Afirmam que, além do documento convencional, “podemos admitir que um bem cultural como um monumento, um sítio paisagístico possa ser, também, documento”.

Segundo Delmas (1996, p. 439), a definição clássica de documento de arquivo diz que “é um documento que, independentemente da sua data, forma ou suporte físico,

foi criado ou recebido por um único indivíduo ou por uma organização em um determinado momento, no decurso de, e para a execução de, suas atividades habituais”. A natureza do documento não é determinada pela sua forma, seu suporte físico, a sua data ou o método de escrita, mas por sua finalidade. Se constitui tanto no instrumento de uma ação quanto no registro da ação e tem um valor probatório, informativo e conservante.

Bellotto (2006, p.55) afirma que o documento é constituído por dois elementos, a estrutura e a substância, que “são indispensáveis para que se concretize sua produção, vigência, uso e guarda”. A estrutura “corresponde a todo substrato necessário à elaboração do documento”, já a substância é a “essência do documento, sua razão de existir, o conteúdo que o tornará único no seu contexto de produção e utilização”.

Camargo (1998, p.170) afirma que “ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem”. Segundo a autora, além das modalidades típicas de identificação da Biblioteconomia, ou seja, o suporte, o formato e o conteúdo, para o documento arquivístico “importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência”.

Duranti (1989) esclarece que o documento é a totalidade das suas características, tanto físicas como intelectuais e que analisando-se cuidadosamente um documento escrito de arquivo, descobrimos que não há muito mais do que um meio, uma forma e um conteúdo. A autora (1994, p.50) afirma ainda, que os registros documentais “representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais”, que “atestam ações e transações” e têm como características, a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade. Segundo Mak (2012), documentos constituem sistemas complexos de significação e transmitem informações importantes sobre eventos passados, especialmente sobre como esses eventos eram compreendidos, registrados, transmitidos e preservados. São fontes imbricadas com agendas culturais, políticas e econômicas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DIFERENTES NOÇÕES DE DOCUMENTO

Na comparação entre as noções de documento encontradas na Ciência da Informação e Arquivologia, pôde-se observar que na primeira, o documento é colecionado em função da informatividade de seu conteúdo e os itens recebem um tratamento individualizado. Já na Arquivologia, os documentos são acumulados pelo

indivíduo ou instituição no decurso de sua vida ou atividade. A Arquivologia dá maior enfoque ao documento enquanto prova de fatos, tendo como princípio a preservação das relações orgânicas que o documento estabelece com seu contexto de criação. De forma geral, não trata individualmente os documentos (representação descritiva e temática).

Tanto na Ciência da Informação quanto na Arquivologia, encontra-se definições que incluem objetos como documentos, abarcando, dessa forma, documentos bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Com relação à constituição do documento, na Ciência da Informação fala-se em “suporte e conteúdo”, “continente e conteúdo” ou, ainda, em “suporte, meio, conteúdo e forma”. Na Arquivologia, fala-se em “estrutura e substância” e em “meio, forma e conteúdo”, ressaltando que o elemento forma se refere tanto à forma física como intelectual. Observa-se que, embora não haja um consenso, há, nas duas abordagens, referências sobre a composição de um documento possuir um suporte (ou forma física), um conteúdo e uma forma textual e ainda, que se constitui em um instrumento de compartilhamento e preservação da cultura. Desta forma, pode-se observar neste estudo preliminar, que, embora a noção de documento na Ciência da Informação e Arquivologia tenham sido construídas separadamente, existem pontos de convergência entre elas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320p.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48p..

BUCKLAND, Michael K. What's a document? **Journal of the American Society of Science Information**, v.48, n.9 <http://www.interscience.wiley.com/>, set. 1997. p.804-809.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.169-175, 1998.

CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística = técnica, Arquivologia = ciência**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. 361p.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a Contemporary Diplomatics: From Institutional Documents to Organic Information. Chicago, **American Archivist**, v.59, n.4, out.1996.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science. **Archivaria**, Ottawa, n.28, 1989.

_____. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.7,n.13, 1994, p.49-64.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.L. **Lingüística documental**: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre,1984.

LÓPEZ YEPES, José. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: un nuevo profesional del documento? **Scire**, v.3, n.1, p.11-29, ene/jun. 1997.

LUND, Niels Windfeld; BUCKLAND, Michael. Document, documentation, and the Document Academy: introduction. **Arch Sci**, v.8, 2008, p.161-164.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. In: PASSOS, Edilenice (Org). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p.33-77.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero**, v. 11, n. 2, abr. 2010a.

_____. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **Transinformação**, v. 227, n.1, p. 7-17, 2010b.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p.

PINTO MOLINA, Maria; GARCÍA MARCO, F. Javier; AGUSTIN LACRUZ, María del Carmen; **Indización y resumen de documentos digitales y multimedia**: técnicas y procedimientos. Gijón: Trea, 2002.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel.. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. **DataGramaZero**, v. 9, n. 4, ago. 2008.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM, 1983. 440 p.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388p.